



Vol. 8, No. 1, Fall 2010, 487-492
www.ncsu.edu/project/acontracorriente

Review/Resenha

James P. Woodard, *A Place in Politics: São Paulo, Brazil, from Seigneurial Republicanism to Regionalist Revolt*. Durham, NC and London: Duke University Press, 2009.

Por um lugar na política: a ampliação da esfera pública no estado de São Paulo

Lucia Grinberg

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Algumas obras de história conquistam o leitor ao encaminhá-lo por um mundo desconhecido através de uma linguagem de época ou de um vocabulário regional, ao mapear diferentes manifestações políticas no estado de São Paulo, na capital e nos municípios do interior, através de suas regiões servidas por diferentes linhas de estradas de ferro, como a Mogiana e a Sorocabana, o autor nos leva para um passeio pela política em São Paulo nas primeiras décadas da República. A partir de fontes primárias variadas, como a numerosa imprensa paulista e paulistana, discursos

realizados em manifestações públicas, cartas e memórias de lideranças políticas locais e nacionais, James Woodard procura mostrar a vitalidade da política em São Paulo, analisa as campanhas eleitorais e a interpretação das mesmas pelos contemporâneos envolvidos, os comícios e seus freqüentadores, as plataformas partidárias e os temas capazes de mobilizar a população. Por muito tempo, entre historiadores e cientistas políticos, a Primeira República pecava por não fazer jus aos princípios liberal-democráticos da Constituição de 1891. Entre muitos contemporâneos, Woodard nos mostra, a percepção era a mesma: a república era pouco republicana.

Em 1989, na ocasião do centenário da proclamação da República no Brasil, foram produzidos ensaios historiográficos que indicavam o diagnóstico recorrente relativo às insuficiências do regime¹. Há críticas em muitos sentidos, principalmente em relação à autenticidade da representação política. Em primeiro lugar, no campo e nas cidades, a representação política era distorcida através do “voto de cabresto” e das fraudes nas eleições, os conceitos de “coronelismo” e de “clientelismo” traduziam a limitação dos vínculos entre representantes e representados. Em segundo lugar, mesmo se fossem eleitos candidatos independentes (quer dizer, de outros partidos que não os partidos republicanos de cada estado) a Comissão Verificadora de Poderes se encarregaria de impedir a posse dos mesmos. Afinal, os partidos políticos seriam apenas uma associação de clãs familiares sem distinção ideológica.

Desde então, nos últimos vinte anos, alguns historiadores e cientistas políticos mostraram como a compreensão da política na Primeira República havia sido negligenciada durante muito tempo como objeto de estudos na sua especificidade. Quer dizer, considerando a existência de uma autonomia relativa entre a política e a economia, principalmente. Nas últimas décadas foram elaboradas várias pesquisas sobre a política no período, sendo importante destacar as obras de Renato Lessa, *A invenção republicana* (1ª ed. 1989), Marieta de Moraes Ferreira, *A república na velha província* (1ª ed. 1989), José Murilo de Carvalho, *A formação das*

¹ Ângela de Castro Gomes, Marieta de Moraes Ferreira, “Primeira República: um balanço historiográfico,” *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

almas (1ª ed. 1990) e de Mônica Viscardi, *O teatro das oligarquias*, (1ª ed. 2001). Todos os pesquisadores destacavam a necessidade de investir no aprofundamento das investigações sobre a política institucional para compreender a dinâmica do regime republicano. Então se dedicaram especialmente em estudar o modelo Campos Salles ou a “política dos estados”, o imaginário relativo aos modelos de república, as campanhas eleitorais e as sucessões presidenciais ou a “política do café com leite”, respectivamente.

Em *A place in politics*, Woodard contribui no mesmo sentido ao procurar compreender a atividade política em São Paulo efetivamente através das práticas políticas. Woodard se destaca por definir a sua abordagem como “a political history from below” ou uma história política vista de baixo. Inicialmente, o objetivo do autor era mostrar a participação política dos paulistas que não pertenciam às elites como um conjunto de movimentos liberal-constitucionais ou reformistas. Durante a pesquisa, de acordo com o autor, o objeto de estudos foi se transformando, a documentação dava pistas sobre as atividades de muitas pessoas envolvidas nos processos eleitorais—militantes locais, simpatizantes, repórteres—tanto na capital como nos municípios do interior. A partir dessa perspectiva, Woodard enfatiza que não podemos compreender a dinâmica política através apenas da atuação das lideranças políticas nacionais ou regionais, ou seja, não há alta política realizada por notáveis, sem política entre os homens comuns que muitas vezes não ocupam cargos e, muitos menos, em níveis hierárquicos elevados. Daí, a importância da delimitação do tema compreender tanto a capital do estado, a cidade de São Paulo, quanto os municípios do interior do estado, assim como o estudo das idéias e das práticas associativas dos notáveis e dos homens comuns, o que nos possibilita uma visão das diversas articulações da atividade política nas primeiras décadas do século XX.

Como Woodard aponta, os estudos sobre política em São Paulo nas primeiras décadas da República se destacavam por recortes monográficos, tendo como objeto de estudos personalidades ou movimentos políticos específicos, os quais construíram explicações importantes, mas não enfrentaram o desafio de elaborar uma interpretação mais abrangente

sobre a política na Primeira República. É exatamente este o desafio que o autor se propõe: uma interpretação abrangente, um esforço de síntese e de pesquisa original.

Na introdução, Woodard indica alguns de seus pressupostos, dois aspectos parecem centrais. Em primeiro lugar, Woodard qualifica as divergências políticas como conflitos culturais, reivindicações a certas tradições e desafios provocados por determinadas idéias políticas. Na análise da constituição do Partido Democrático (PD), o autor mostra, por exemplo, como era o capital cultural dos indivíduos dedicados à nova agremiação que os distinguia dos membros do Partido Republicano Paulista (PRP) e não o capital econômico. Em segundo lugar, Woodard enfatiza a dimensão da experiência e da atuação dos indivíduos para a compreensão das transformações na história. Em sua narrativa, procura mostrar ao leitor a perspectiva dos diferentes indivíduos envolvidos nos movimentos políticos e reconhece como relevante para a compreensão de uma cultura política tanto os projetos vitoriosos, como as decepções e as derrotas pelas quais passaram os indivíduos. Daí, a constatação de que não podemos explicar a revolta de 1932, por exemplo, sem considerar o peso das experiências organizacionais elaboradas nas décadas de 1910 e 1920 por militantes “anti-máquina”.

Woodard tem como objetivo compreender o republicanismo em São Paulo, suas práticas e sua cultura política, ou seja, as idéias, imagens, símbolos, histórias e o vocabulário do republicanismo paulista. Através da narrativa de casos nos mais diferentes municípios do estado de São Paulo, o autor traça um panorama dos debates e das práticas relacionadas aos procedimentos eleitorais e partidários. Entre 1910 e 1930, a sociedade paulista se diversificou, as práticas do Partido Republicano Paulista (PRP) deixaram de representar todos os cidadãos mobilizados politicamente justamente no contexto do crescimento populacional considerável do estado de São Paulo nas primeiras décadas da República.

A partir da compreensão da atividade política de maneira ampla, *A place in politics* aponta as relações entre as diferentes maneiras de atuar na política, ou seja, através da imprensa, de associações de classe e, inclusive, de partidos políticos. Woodard mostra como diversas associações, não

partidárias, eram locais importantes de discussão sobre a política institucional e a necessidade de uma reforma política. Na imprensa, os jornalistas de *O Combate* e *O Estado de S. Paulo* se destacavam nos debates sobre a reforma política, assim como os intelectuais vinculados à *Revista do Brasil*, os políticos e os juristas formados na Escola de Direito de São Paulo e as lideranças de associações de classe patronais como a Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Quer dizer, o autor mostra que se não havia partidos nacionais consolidados e eleições consideradas justas, isto não significa que não havia discussão sobre a organização de partidos e das eleições, ao contrário, o tema da reforma política estava na ordem do dia.

Para Woodard, a história do republicanismo paulista é uma história de oposição, de construção de uma identidade em contraste com a “perrepista”, é uma denúncia à política republicana como praticada. Muitos militantes “anti-máquina”, conforme denominação do autor, recorriam em seus discursos aos princípios republicanos de liberdade e de soberania popular como argumentos para defender reformas no regime. Ao longo da obra, Woodard mostra como algumas idéias características da cultura política republicana paulista, com destaque para o voto secreto, informaram diferentes movimentos “anti-máquina” como a campanha de Ruy Barbosa (1919), a mobilização em torno da revolta de 1924, a fundação do Partido Democrático (PD) e as suas sucessivas campanhas, assim como o movimento depois conhecido como a revolução de 1930 e a revolta de 1932.

A bandeira do voto secreto simbolizava o desafio de tornar a política uma atividade honrada, uma atividade decente própria de cidadãos ilustrados, independentes, conscientes de seus direitos e deveres. Woodard defende a tese de que a atividade de mobilização política dos críticos republicanos entre 1910 e 1930 contribuiu na constituição de uma esfera pública mais ampla e participativa. No entanto, ressalta que ainda assim a cultura política republicana paulista era excludente em diversos aspectos, o cidadão considerado como modelo era alfabetizado, moderno, respeitável, homem, proprietário (mas não necessariamente rico) e branco. Tratava-se portanto de uma cultura política elitista por excelência, a maioria da

população permanecia ausente desse modelo de cidadania: as mulheres, os negros e os analfabetos não eram considerados cidadãos.

De sorte que *A Place in Politics* investiga um campo de pesquisa crucial para a compreensão da sociedade brasileira e das práticas políticas a partir de um viés histórico, longe de explicações pautadas por referências deterministas à impossibilidade ou incapacidade da consolidação da democracia no país. Ao mesmo tempo, *A Place in Politics* é um indicador de que sob o argumento da defesa da “verdadeira” representação política podemos encontrar diferentes modelos de cidadania, mais ou menos democráticos.